

CAPÍTULO IV

Apenas uma Burguesia Local

A burguesia brasileira, ao mesmo tempo em que atende aos seus próprios interesses, associa-se e serve de representante ao capitalismo internacional. Suas frações politicamente mais ativas, que se fazem representar nas principais associações de classe, adotam hoje claramente essa posição. Os grupos com uma orientação nacional, no seio do empresariado, ou desapareceram ou deixaram de fazer ouvir sua voz. Isto, entretanto, não significa que a “burguesia nacional” tenha sido um mito sem nenhuma base na realidade, nem se pode deduzir daí que a burguesia brasileira sempre tenha sido consular. Estas seriam generalizações históricas apressadas.

Por outro lado, não faz mais sentido falar-se em burguesia *industrial*, para distingui-la da burguesia *agrário-mercantil*. A burguesia é uma só hoje no Brasil. As divisões em seu seio não são significativas ao ponto de merecerem uma distinção. Devemos apenas distinguir a burguesia *local* das empresas multinacionais ou transnacionais. Mas se a burguesia está hoje unificada, nada mais incorreto do que afirmar que isto sempre foi assim. É outra generalização histórica incorreta.¹

¹ O método histórico de análise dos fenômenos sociais implica no reconhecimento de que estão sempre ocorrendo *atos novos*, seja ao nível do desenvol-

Por que a burguesia local é hoje consular e está unificada? O que a leva a subordinar-se ao novo imperialismo das empresas multinacionais manufatureiras? Por que desapareceu o conflito entre a burguesia agrário-mercantil e a industrial? Como se relaciona a burguesia local com a tecnoburocracia civil e militar emergente ao nível do Estado brasileiro? Não vou responder a todas estas questões neste momento. Mas algumas sugestões podem ser feitas.

Antes de mais nada, devemos distinguir o papel da burguesia nas diversas formas históricas sob as quais se revestiu o Estado capitalista dependente no Brasil. De 1808 a 1930, temos o Estado Oligárquico, que corresponde no plano econômico à divisão internacional do trabalho e ao modelo primário-exportador. De 1930 a 1964 temos o Estado Populista, concomitante com a industrialização substitutiva de importações. A partir de 1964 temos o Estado Tecnoburocrático-capitalista e o respectivo modelo de subdesenvolvimento industrializado e internacionalizado.

No Estado Oligárquico, a burguesia agrário-mercantil é dominante de forma absoluta no plano interno. Está aliada ao capitalismo internacional, no contexto do modelo primário-exportador. Importa os bens de consumo de luxo de que necessita e não está interessada no desenvolvimento industrial. Apropria-se do excedente através do controle da terra e a exploração de mão-de-obra barata. Aplica o excedente no consumo de bens de luxo e na ampliação dos latifúndios. Marcada por traços tradicionais e ao mesmo tempo inserida em um contexto de divisão internacional do trabalho que lhe é propícia, não acumula capital para incorporar progresso técnico, pois sua perspectiva do processo econômico é especulativa ou mercantil.

A formação social brasileira foi sempre predominantemente mercantil. Toda a colonização brasileira foi feita sob a égide

vimento das forças produtivas, seja ao nível das relações de produção e das correspondentes relações entre as classes sociais. Estes *atos novos* ocorrem também ao nível da superestrutura jurídico-institucional e ao nível das ideologias. A identificação destes *atos novos* é essencial para a compreensão do processo histórico. Utilizei pela primeira vez a metodologia dos fatos novos quando, em 1963, examinei a crise do populismo em *O Empresário, o Industrial e a Revolução*.

do mercantilismo escravista. Este processo começou a se alterar com o desenvolvimento do café, mas continuou basicamente mercantil-escravista até quase o fim do século. Com a introdução do café no Oeste paulista e em seguida com a Abolição, desaparece o caráter escravista do mercantilismo, mas não entramos ainda em um período de capitalismo moderno. O mercantilismo é uma formação social de transição do feudalismo para o capitalismo, caracterizada pela manutenção ao nível da produção de processos tradicionais de trabalho, nos quais não há lugar para o progresso técnico. O lucro comercial é obtido pela expansão da fronteira agrícola, pela especulação e pela exploração através de várias formas de violência do trabalho. As características mercantis da economia brasileira permanecem dominantes até 1930 no Brasil.²

O subdesenvolvimento brasileiro se define nesse período. Em sua parte final, começa a surgir uma burguesia industrial, que inicialmente se confunde com alguns elementos da burguesia agrário-mercantil. Quando, entretanto, a partir do fim do século, a industrialização se concentra em São Paulo, a distinção social entre a burguesia industrial descendente de imigrantes e a burguesia agrário-mercantil dominante com pretensões aristocráticas torna-se clara. Nesse período, a burguesia industrial é econômica e politicamente pouco significativa. Está subordinada à oligarquia agrário-mercantil, ainda que com ela entre em conflito vez ou outra. Depende do Estado, que é dominado pela oligarquia agrário-mercantil. A indústria nascente, quando usa insumos importados e produz bens de consumo de luxo, depende das exportações de café para prosperar. Já a indústria que utiliza insumos nacionais e se orienta para a produção de bens de consumo simples prospera quando o café entra em crise, de acordo

² Para uma análise brilhante do caráter mercantil da economia brasileira ver Fernando A. Novaes, "Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial XVI-XVIII," *Cadernos CEBRAP*, nº 17, 1975, São Paulo. Para uma análise do caráter dual desse mercantilismo, baseado no latifúndio que é ao mesmo tempo mercantil-capitalista em suas relações com o exterior e pré-capitalista em suas relações internas, ver Ignácio Rangel, *A Dualidade Básica da Economia Brasileira*, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957, Rio de Janeiro, pp. 25 a 30.

com o clássico mecanismo de socialização das perdas analisado por Celso Furtado. Em qualquer hipótese, a burguesia industrial nascente está subordinada e dependente da burguesia agrário-mercantil.³

Com o início do modelo de industrialização substitutiva de importações e a instauração do Estado Populista, a burguesia agrário-mercantil entra em declínio, enquanto a burguesia industrial vê seu poder crescer rapidamente. Os dois setores da burguesia agora se distinguem com razoável clareza. E entram em conflito, principalmente, devido à transferência de renda que então ocorre, da agricultura de exportação para a indústria.

O pacto social populista que então se estabelece tem como principais atores a própria burguesia industrial, os operários e parte das classes médias urbanas. A burguesia agrário-mercantil também participa do pacto social, exceto o setor cafeeiro, com sede em São Paulo. O industrialismo é a ideologia dominante. É a afirmação de viabilidade do desenvolvimento industrial para o Brasil, em contraposição ao agriculturalismo, ou seja, à tese de que o Brasil era um país essencialmente agrícola, sem condições de industrializar-se. O nacionalismo que então surge é uma ideologia auxiliar do industrialismo. É um instrumento para legitimar a proteção cambial e tarifária de que os industriais necessitam para se proteger das mercadorias importadas. Enquanto a burguesia agrário-mercantil decadente continua subordinada ao velho imperia-

³ O fato de a burguesia industrial estar subordinada à burguesia agrário-mercantil não significa que a primeira tenha-se originado da segunda do ponto de vista étnico e social. Em São Paulo principalmente os empresários industriais descendem fundamentalmente de imigrantes, muitos dos quais dedicaram-se antes ao comércio. Warren Dean tentou demonstrar, de forma extraordinariamente contraditória, tese oposta em *A Industrialização de São Paulo*, Difusão Européia do Livro, 1971, São Paulo. Diz ele, inclusive, que muitos fazendeiros que fundaram firmas não foram bem sucedidos e as venderam a imigrantes (p. 55). A origem imigrante dos empresários paulistas foi por mim demonstrada em "Origens Étnicas e Sociais dos Empresários Paulistas," *Revista de Administração de Empresas*, nº 11, junho de 1964, São Paulo e transcrita em *Empresários e Administradores no Brasil*, Brasiliense, 1974, São Paulo, onde publico também informações sobre a origem do capital empregado, derivado fundamentalmente (78,4%) de fundos próprios ou da família do empresário (p. 211).

lismo comercial, a burguesia industrial reveste-se, em um certo momento, de um caráter nacionalista. Alguns chegam a pretender que ela poderia encarnar um projeto nacional.

Esta ilusão dura pouco. Uma série de fatos novos, que ocorrem principalmente durante a segunda metade dos anos cinqüenta, liquidam com o pacto social populista e com o ensaio de projeto nacional da burguesia industrial. De um lado, a consolidação do desenvolvimento industrial brasileiro e a crise do setor cafeeiro tornam superado o conflito econômico e ideológico no seio da burguesia. Ela se reunifica sob a liderança precária da burguesia industrial. Esta reunificação é acelerada em face à ameaça representada pela crescente organização e representatividade dos sindicatos e pelo aumento da atividade dos setores da esquerda na política nacional. O fato novo mais importante, todavia, é a entrada em massa, nessa época, de capitais estrangeiros no setor manufatureiro. A indústria de transformação de bens de consumo leves fora implantada por nacionais; a indústria de bens de consumo duráveis passa a ser dominada pelas multinacionais. O imperialismo, que entrara em crise durante os anos trinta e continuara em crise durante a Segunda Guerra Mundial, ressurgiu agora sob novas vestes, a cavaleiro das multinacionais manufatureiras. A burguesia industrial abandona qualquer veleidade de nacionalismo nesse momento e se associa, seja em *joint ventures*, seja principalmente como fornecedora das multinacionais.

O colapso do pacto social populista provoca um vácuo político, no início dos anos sessenta, que só será preenchido em 1964, com a emergência do Estado Tecnoburocrático-capitalista.

Desde a Segunda Guerra Mundial desenvolvia-se, ao nível do Estado, entre civis e militares, uma tecnoburocracia com capacidade de organização e competência técnica crescentes. Em 1964 esta tecnoburocracia assume o poder, destrói o pacto social populista, estabelece um novo pacto, em que os trabalhadores são excluídos. Tecnoburocratas, burguesia local e capitalismo internacional constituem o novo pacto, que vai propiciar um tipo de liderança autoritária ao nível de um modelo econômico de subdesenvolvimento industrializado e internacionalizado. A marginalização política e econômica dos trabalhadores é radical.

Nesta nova aliança, a burguesia local sente-se muito mais solidária com o capitalismo internacional do que com a tecnoburocracia estatal. A luta contra a estatização, deflagrada em 1975, é uma excelente indicação deste fato. A burguesia local retoma plenamente seu caráter consular, que já caracterizava a burguesia agrário-mercantil, na época do imperialismo via comércio internacional.

O novo imperialismo exerce-se através da dependência tecnológica e da imposição de padrões de produção e consumo que beneficiam apenas uma minoria da população. A burguesia local não concorre com as multinacionais, mas é sua associada e principalmente sua fornecedora. Além disso, existe uma solidariedade ideológica fundamental. A presença das multinacionais no país é a garantia da sobrevivência e consolidação do capitalismo. As empresas multinacionais são o único aliado certo da burguesia local, e vice-versa. A própria tecnoburocracia não é totalmente merecedora de confiança.

A burguesia brasileira ganha assim seu caráter plenamente consular. Cabe a ela a atividade política aberta, já que as multinacionais não se devem expor. Quando seus interesses econômicos não são diretamente comuns, seus interesses ideológicos o são. Não há problema maior de concorrência. Se uma multinacional entrar no setor, provavelmente comprará a nacional por bom preço. A burguesia local está associada, é fornecedora ou é vendedora potencial de sua empresa. Por isso, quando a tecnoburocracia estatal impede que uma empresa nacional seja vendida a uma multinacional, como aconteceu no caso da Companhia de Refrigeração Consul, impossibilitada de ser vendida à Phillips, a burguesia local protesta em coro.

Pode haver algumas vozes discordantes. Existem ainda alguns empresários que aspiram a desenvolver um projeto nacional. Que preferem a aliança com a tecnoburocracia estatal, ainda que esta esteja também amplamente alienada, à aliança com o capitalismo internacional. São principalmente algumas grandes empresas que desenvolveram relações íntimas com os apoios estatais, que recebem grandes financiamentos e/ou são grandes fornecedoras do Estado. Mas o mais importante para a burguesia é preservar o capitalismo. E como sente perfeitamente que não tem condições de agir sozinha, que

no sistema de aliança em que está envolvida é a peça mais fraca, prefere submeter-se ao comando das empresas multinacionais. Procura, ao mesmo tempo, conservar-se sob a proteção do Estado, do qual sempre foi dependente. Em qualquer hipótese, participa de um jogo de equilíbrio instável, que apenas serve para ressaltar sua fraqueza política, sua incapacidade de definir um projeto nacional e de realizá-lo.

A tecnoburocracia estatal, diante desse comportamento dúbio da burguesia local, sente-se cada vez mais perplexa. Desde 1964 adotou como estratégia associar-se e pôr-se a serviço dessa burguesia. Ainda recentemente, em junho de 1976, através do documento oficial "Ação para a Empresa Privada Nacional" reafirmou essa posição. Mas é óbvio que a firmeza da associação é cada vez menor. O debate sobre a estatização, no qual aquele documento pretendeu dar um ponto final, foi um claro ataque da burguesia local à tecnoburocracia, em seu próprio nome e em nome das multinacionais. Apesar de todas as suas manifestações de subordinação ao capitalismo, a tecnoburocracia é vista com crescente temor. Estatização e socialização tendem-se a confundir na perspectiva do capitalismo local, apesar de todo o apoio dado pelo Estado à acumulação privada de capital.

Por outro lado, na medida em que o sistema econômico começa a enfrentar dificuldades crescentes, a divisão do excedente econômico torna-se cada vez mais difícil e o sistema político entra em crise. Esta se agravou com a derrota nas eleições de 1974. A legitimidade do sistema estava apoiada em um desenvolvimentismo sem freios, no qual a participação da burguesia local e das multinacionais era peça essencial. Quando o desenvolvimentismo é denunciado pelos críticos do "modelo", por seu caráter concentrador de renda e desperdiçador de recursos, e em seguida perde vigor, a aliança da tecnoburocracia estatal com a burguesia local e as multinacionais também é abalada. Na medida, entretanto, em que o poder político dos trabalhadores é reduzido, a tecnoburocracia procura ainda aliar-se a seus erráticos e indecisos aliados locais.

A falta de liberdade e a concentração de renda tornam-se, entretanto, cada vez mais inaceitáveis em termos políticos não só para os trabalhadores, mas também para amplos

estratos médios. A opção democrática, entretanto, ameaça o autoritarismo tecnoburocrático, a reivindicação social ameaça a acumulação capitalista. Às dificuldades econômicas se acrescenta a crise política. Na busca de soluções ou de culpados os conflitos se acentuam ao nível da cúpula do sistema, sem que seus protagonistas consigam divisar uma saída. Não há coragem ou disposição nem para a opção democrática nem para a revisão radical do modelo econômico. Ambas são soluções ameaçadoras para o "modelo". Apesar das crescentes divergências internas, prefere-se manter o sistema do tripé, nos quadros de um padrão de subdesenvolvimento industrializado e internacionalizado. É óbvio, porém, que esta tentativa de manter um modelo que já não tem mais vigor econômico e principalmente que perdeu legitimidade política revela uma particular falta de visão tanto da tecnoburocracia estatal quanto da burguesia local.

A burguesia local, principalmente, embora continue a grande beneficiária do sistema, pouco tem a oferecer. Abandonou um projeto apenas esboçado de ser uma burguesia nacional, perdeu a liderança econômica para as empresas multinacionais e para o Estado, e continua não revelando maior disposição para apoiar seja o processo de democratização seja a reforma social. A história, entretanto, ensina que a miopia política não é apenas um problema de visão curta; tem também curta duração.

(Folha de S. Paulo, 9 de setembro de 1976.)